Volume
31/2
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

História Pública: caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!



Hist. Rev. Pelotas Vol. 31 Nº 2 p. 1-199 ago. 2026 ISSN 2596-2876

Reitoria
Reitora: *Ursula Rosa da Silva*
Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*
Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*
Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*
Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*
Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*
Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*
Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*
Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*
Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas
Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*
Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner
Coordenadora:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Membros do NDH:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Prof. Dra. Márcia Janet Espig
Técnico Administrativo:
Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais
Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner

Comissão Editorial:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:
Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U., Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPel)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPel); Alice da Conceição Teixeira (UFPel); Flaviano Batista Ferreira (UFPel)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trapiche da praia do Laranjal (Pelotas-RS). Foto: Paulo Koschier

Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB); Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de Oliveira(UFPel); Ângelo Rodrigo silva Pinheiro (UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial
Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira
Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra
Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter
Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha
Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)
Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)
Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro
Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares
Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite
Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge
Seção de Produção
Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge
Catalogação – Madelon Schimmelpfennig Lopes
Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge
Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alicie Martins de Lima (Bolsista)
Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira
Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube
Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel / NDH / Instituto de Ciências Humanas
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208
Disponível em
https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 –
199 p. ; 3 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907

Editora UFPel
Filiada à ABEU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **07**
A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista

QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA **12**

WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY

Denis Ramon Funes Flores

COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO **22**

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

"HISTÓRIAS COMPARTILHADAS": A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO **35**

"SHARED HISTORIES": COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES **55**

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA 78

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH COMMISSION / UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli

ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870) 95

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA 112

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY EDUCATION

Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos

BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL PELOTENSE 130

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

Gabriel Gonçalves Ribeiro

DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES, PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA 145

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN PERSPECTIVE

Thiago Perez Bernardes de Moraes

O *EMPÓRIO DAS ARTES* E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa | Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges

ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN URBAN PROJECT IN THE AMAZON

Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva | Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar

ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN URBAN PROJECT IN THE AMAZON

Janderson Gustavo Soares de Almeida

Doutorando em Educação e Cultura – UNESA. Mestre em Educação – UNESA. Especialista em Docência do Ensino Superior - Uniasselvi, Licenciado em História, Pedagogia e Ciências Sociais - Uniasselvi.

E-mail: janderson.almeida@semed.manaus.am.gov.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7072-8561.

Clodoaldo Matias da Silva

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Ensino de Filosofia, Sociologia e História; Neuropsicopedagogia e Psicanalise Clínica; Psicanálise, Psicoterapia e Psicopatologia do Adolescente; e, Cultura Indígena e Afro-brasileira pela Faculdade do Leste Mineiro - FACULESTE. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. Membro do Núcleo de Produção Cientifica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Assistente da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA.

E-mail: cms.1978@hotmail.com.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3923-8839.

Maria das Graças Maciel de Oliveira

Mestre em Educação pela Universidade Postegrado UniNorte, Assunção - Paraguai. Licenciada em Pedagogia em Pedagogia pela Nilton Lins. Especialista em gestão de currículos e desenvolvimentos em práticas pedagógicas pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
E-mail: educadoragracamaciel@gmail.com.

Resumo: A pesquisa analisa as arquiteturas simbólicas e materiais da cidade de Manaus durante a Belle Époque, compreendendo-as como expressão concreta das contradições entre modernidade e marginalidade no contexto republicano amazônico. O estudo tem como objetivo interpretar como o projeto urbano do período articula progresso, memória e exclusão, revelando o urbano como campo de poder, representação e disputa. A investigação adota abordagem qualitativa, de natureza histórico-interpretativa, fundamentada em análise bibliográfica e hermenêutica das práticas urbanas e de seus vestígios materiais e simbólicos. A metodologia consiste em revisão bibliográfica histórico-interpretativa, com análise comparativa de estudos historiográficos regionais, obras teóricas e narrativas memorialísticas, a fim de compreender como o discurso da civilização se traduziu em políticas de visibilidade e tentativas de apagamento contestadas por práticas sociais de resistência. Os resultados indicam que as arquiteturas do progresso, longe de consolidarem uma modernidade plena, instituem um imaginário urbano fragmentado, no qual luxo e ruína coexistem como faces complementares da experiência amazônica. Conclui-se que o espaço manauara é mais que cenário: é um organismo de memória, cuja materialidade traduz tanto o desejo de pertencimento quanto as marcas de exclusão que o sustentam.

Palavras-chave: Amazônia. Arquitetura. Belle Époque. Memória urbana. Modernidade.

Abstract: The research analyses the symbolic and material architectures of Manaus during the Belle Époque as a concrete expression of the contradictions between modernity and marginality within the Amazonian republican context. The study aims to interpret how the urban project of the period articulates progress,

História em Revista, Volume 31, n. 2, ago./2026, pg. 182 a 199
Artigo recebido em 31/10/2025. Aprovado em 22/07/2026
Dossiê História Pública: caminhos para a democratização do conhecimento já disponível
Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner
Disponível em https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/about

ORCID: https://orcid.org/0009-0009-1529-9950.

Denison Melo de Aguiar

Pós-doutorando em Direito pela UniSalento (Itália-2024). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Membro do Núcleo de Produção Cientifica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Chefe da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA.

E-mail: denisonaguiarx@gmail.com.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5903-4203.

memory and exclusion, revealing the city as a field of power, representation and dispute. It adopts a qualitative, historical-interpretive approach based on bibliographical and hermeneutical analysis of urban practices and their material and symbolic traces. The methodology consists of a historical-interpretive literature review, comparing regional historiography, theoretical works, and memorial narratives to examine how the discourse of civilization produced policies of visibility and attempted erasure that were contested by practices of social resistance. The results indicate that the architectures of progress, far from consolidating full modernity, establish a fragmented urban imaginary where luxury and ruin coexist as complementary faces of the Amazonian experience. It concludes that Manaus is more than a stage: it is a living organism of memory whose materiality expresses both belonging and the marks of exclusion that sustain it.

Key words: Amazon. Architecture. Belle Époque. Modernity. Urban memory.

Introdução

A cidade de Manaus, nas décadas iniciais da República, despontava como um dos mais ambiciosos experimentos de modernidade na Amazônia. As transformações arquitetônicas e urbanas materializavam um ideal de progresso que pretendia inscrever a capital amazônica no mapa do mundo civilizado, enquanto as contradições sociais permaneciam veladas sob o brilho das fachadas e o luxo importado. Nesse contexto, o presente estudo parte da inquietação sobre de que maneira as arquiteturas e os discursos de progresso da Manaus da Belle Époque revelam as contradições do projeto urbano republicano na Amazônia entre modernidade e marginalidade, buscando compreender o espaço como documento vivo de memória e poder.

Nessa direção, o objetivo central é analisar como o projeto urbano republicano na cidade de Manaus, durante a Belle Époque, expressa a materialização simbólica da modernidade e do progresso na Amazônia, observando de que modo a arquitetura, os espaços públicos e as práticas sociais configuraram um imaginário urbano que conciliava luxo e exclusão, civilização e desigualdade, memória e esquecimento. Assim, o estudo propõe uma leitura sensível das formas e dos discursos que compuseram a paisagem manauara, entendendo o urbano não apenas como cenário, mas como um espaço em movimento.

A relevância dessa pesquisa é múltipla, no campo social, permite revisitar as raízes históricas das desigualdades urbanas que ainda marcam a cidade; no plano acadêmico, contribui para ampliar os estudos sobre modernidade periférica e memória

urbana na Amazônia; sob a ótica histórica, reconstitui um capítulo singular da experiência republicana no Norte do Brasil; e, no âmbito jurídico, provoca reflexões sobre o direito à cidade e o patrimônio enquanto expressão de cidadania e pertencimento. Assim, o trabalho articula passado e presente na tentativa de compreender o legado simbólico de uma modernização que se fez desigual.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e histórico-interpretativa, situada no diálogo entre História Cultural, História Urbana e Antropologia Urbana. O *corpus* reúne estudos sobre modernização, trabalho, patrimônio e memória em Manaus, além de narrativas memorialísticas e obras teóricas, examinados comparativamente para identificar convergências e tensões nas interpretações do projeto urbano republicano. A pesquisa não se apresenta como etnografia de campo; o recurso ao olhar antropológico opera como perspectiva analítica para compreender usos, representações e disputas inscritos no espaço urbano.

No que se refere à estrutura, o artigo organiza-se em quatro partes principais. A introdução delineia o tema, o problema e os objetivos da investigação; as seções da fundamentação teórica exploram os debates sobre modernidade, urbanização e memória social; a conclusão sintetiza os resultados interpretativos, reafirmando as tensões entre progresso e desigualdade; e, por fim, as referências reúnem os autores que fundamentam o diálogo interdisciplinar. A organização das seções permite articular a construção material do espaço, os conflitos sociais e as disputas de memória sem confundir a forma do texto com o objeto analisado.

A contribuição acadêmica deste estudo consiste em integrar a historiografia regional da urbanização e do trabalho aos debates sobre memória e poder. Em lugar de compreender as populações subalternizadas apenas como ausentes ou apagadas, o estudo examina a invisibilização como projeto incompleto e disputado, confrontado pela permanência dos trabalhadores nos espaços centrais, por suas práticas de sociabilidade e por formas cotidianas de resistência. Essa delimitação permite interpretar a Manaus republicana como processo histórico marcado simultaneamente pela produção estatal da monumentalidade e pela ação dos sujeitos que negociaram, tensionaram e ressignificaram a ordem urbana.

Fundamentos teóricos da modernidade e da memória urbana na Manaus Republicana

A cidade de Manaus (Fig. 01), no alvorecer da Primeira República, emergia como um artefato de ambição e desejo, seu corpo urbano refletia a ânsia de pertencimento ao mundo moderno e a tentativa de silenciar o passado colonial por meio da estética do progresso. Corrêa (1966, p. 42) afirma que “as reformas urbanas buscavam apagar o traço colonial para erigir uma cidade moderna e disciplinada”. Assim, o traçado das ruas e a imponência das fachadas tornaram-se símbolos de uma modernidade que pretendia mais do que embelezar: pretendia legitimar.



Figura 1. Manaus durante a Bella Époque.
Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/24>. Acessado em: 30.07.2026.

Nesse contexto, a cidade se tornou uma arena simbólica, onde o poder e o imaginário se entrelaçavam na construção de uma nova identidade republicana. Castells (1977) interpreta o urbano como campo de forças, no qual as estruturas sociais se territorializam, revelando o espaço como produto das contradições históricas. Essa perspectiva ilumina o modo como a Manaus da Belle Époque se formava entre a exuberância material e a desigualdade social, entre o sonho cosmopolita e as fissuras que a sustentavam. O progresso, nesse sentido, era uma promessa e também uma miragem.

A urbanização da Belle Époque (Fig. 02) manauara revela esse entrelaçamento entre forma e força. Para Santos (2013), a cidade constitui uma obra histórica que expressa as relações sociais de seu tempo; nesse encontro, Manaus se tornava palco de disputas entre elites exportadoras e grupos populares submetidos a políticas de desqualificação e tentativas de invisibilização. Cada avenida aberta e cada fachada erguida articulavam a monumentalidade da elite à precarização dos trabalhadores e da população pobre. O progresso não se distribuía de maneira uniforme: convertia-se em instrumento de distinção e delimitava quem podia usufruir dos benefícios materiais e simbólicos prometidos pela modernidade.



Figura 2. Urbanização de Manaus durante a Bella Époque.
Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/24>. Acessado em: 30.07.2026.

Essa modernidade amazônica se desenhava em constante tensão entre o global e o local. Giddens (1991) explica que o sujeito moderno é moldado pela reflexividade e pela busca de estabilidade diante das transformações aceleradas. Em Manaus, essa reflexividade se corporificava nas reformas urbanas que imitavam modelos europeus, mas que encontravam na floresta e na memória indígena seus limites e contradições. A modernidade, portanto, não se implantava como ruptura total, mas como negociação contínua com o passado e com o território.

A memória urbana, nesse cenário, atuava como força subterrânea que resistia aos apagamentos. Halbwachs (2006, p. 159) afirma que "é nos lugares que a memória se ancora e se perpetua". As praças, os mercados e os casarões manauaras funcionavam como depositários de lembranças e afetos coletivos. A cidade era simultaneamente documento e testemunha, revelando que as camadas de tempo coexistem em permanente diálogo. O esquecimento, mais do que ausência, era uma estratégia de poder que selecionava o que merecia permanecer visível.

Nesse ponto, a leitura sensível da cidade ganha densidade com a contribuição de Bosi (1994), que entende a lembrança como ato de resistência e de recriação do vivido. Em suas palavras, "lembrar é reconstruir com imagens de hoje as experiências do passado" (Bosi, 1994, p. 56). Essa reconstrução permite compreender como a Manaus moderna é também uma cidade-memória, onde o cotidiano reinterpreta

os vestígios do antigo. A experiência urbana torna-se, assim, exercício de escuta: uma arqueologia afetiva que reinventa o significado das ruínas.

A perspectiva antropológica de Geertz (1989) amplia essa leitura ao propor que a cultura é um "texto" (grifo nosso) que deve ser interpretado em suas múltiplas camadas. A cidade, como prática simbólica, expressa modos de ver e de estar no mundo. A Manaus da Belle Époque pode, então, ser compreendida como narrativa construída entre discursos e silêncios, onde cada edifício, gesto ou ritual urbano constitui uma inscrição de poder e de desejo. O urbano deixa de ser mero cenário e torna-se linguagem, revelando o modo como as sociedades constroem suas próprias ficções materiais.

A supermodernidade, como define Augé (1994, p. 74), produz espaços de "circulação intensa e vínculos frágeis, nos quais identidade, história e relação tendem a ser enfraquecidas". A noção permite pensar criticamente a reforma de Manaus: enquanto avenidas, praças e edifícios públicos ampliavam a visibilidade das elites, as intervenções urbanas empurravam parcelas da população para áreas precárias. Esse ordenamento, contudo, não retirou os trabalhadores do centro. Atividades laborais, formas de moradia, comércio e sociabilidade mantiveram sua presença nos territórios que a elite pretendia controlar, tornando porosas e disputadas as fronteiras entre centro e margem.

O urbano, nesse sentido, não se reduz a um produto histórico, mas se revela como campo de disputas narrativas, em sua obra, Castells (1977) recorda que o espaço é também ideológico, moldado pelos significados que os sujeitos atribuem à cidade. A Manaus republicana era simultaneamente imaginada e controlada, e sua paisagem era o espelho de um desejo de progresso atravessado por exclusões. O edifício público e o corpo marginal faziam parte do mesmo enredo, ainda que ocupassem lugares opostos na cena urbana.

A convivência entre temporalidades distintas — o antigo e o moderno, o local e o estrangeiro — reforça a ideia de cidade como palimpsesto. Halbwachs (2006, p. 204) descreve que "a memória coletiva não se apaga, ela se sobrepõe". Em Manaus, essa sobreposição se manifestava nas camadas de urbanidade que coexistiam sob o brilho da Belle Époque. Cada fachada reformada ocultava outra anterior, e cada gesto de modernização trazia em si o eco daquilo que se buscava silenciar, portanto, a cidade era, uma escrita em permanente reescrita.

Assim, mapear o campo teórico da modernidade manauara implica reconhecer que o urbano é também uma expressão do inconsciente social. Bosi (1994, p. 62) lembra que "toda lembrança é também um esquecimento ativo", o que evidencia que as arquiteturas do progresso não são apenas construções materiais, mas também estratégias de narrativa. A cidade, nesse sentido, é linguagem do poder e memória em disputa, lugar onde o visível convive com o ausente, essa tensão prepara o terreno analítico para a seção seguinte.

Dessa forma, as bases teóricas aqui delineadas abrem espaço para compreender a cidade como campo de contradições entre o sonho do progresso e a permanência das desigualdades. A reflexão conduz naturalmente à próxima seção —

"Leituras Críticas sobre a Cidade, o Progresso e as Contradições da Belle Époque" —, em que se aprofundam as interpretações historiográficas sobre como o luxo e a ruína, a visibilidade e o esquecimento se tornaram dimensões inseparáveis da experiência urbana na Manaus republicana.

Leituras críticas sobre a cidade, o progresso e as contradições da Belle Époque

A historiografia regional permite especificar como esse projeto se materializou em Manaus. Em uma leitura centrada nas representações do progresso, Mesquita (2009) interpreta a reforma urbana como operação política de refundação da cidade e construção de uma vitrine republicana. Por sua vez, Dias (2007) demonstra que a modernização associada ao circuito internacional da borracha conviveu com problemas sociais e políticas de exclusão. Essas contribuições deslocam a análise de uma narrativa exclusivamente monumental para as tensões entre propaganda estatal, transformação material e desigualdade urbana.

A história social do trabalho também desloca a ideia de que os grupos populares constituíam um resíduo passivo da modernização. Nesse sentido, Costa (2014) documenta práticas, redes e conflitos de trabalhadores que ocuparam inclusive espaços centrais da cidade, rompendo a rigidez pretendida pelo planejamento urbano. Em análise convergente, Pinheiro (1999) examina a organização operária e a formação de uma cultura do trabalho na Amazônia. Essas contribuições permitem compreender a invisibilização como tentativa de controle, e não como apagamento integral da presença ou da agência dos trabalhadores.

Ao examinar a literatura comparativamente, percebe-se que Pesavento (2001) e Pinheiro (1999) convergem na crítica ao mito civilizatório, mas partem de metodologias distintas. Enquanto a primeira privilegia o imaginário e o simbólico como operadores de sentido, a segunda ancora-se nas relações de produção e nos conflitos de classe. Essa complementaridade revela a potência das abordagens interdisciplinares na análise do urbano. O progresso, mais do que processo técnico, é discurso de legitimação, um modo de instituir fronteiras entre o centro e a margem, entre o visível e o excluído.

Em outra chave interpretativa, Rago (1991) desloca o olhar para os corpos femininos e suas inscrições no espaço urbano. A prostituição, longe de ser apenas um fenômeno moral, é compreendida como linguagem da cidade moderna. A autora afirma que "a noite é o reverso da cidade racional" (Rago, 1991, p. 42), revelando como o feminino marginalizado expõe as fissuras do projeto civilizatório. Em Manaus, essa perspectiva ressoa intensamente, pois a urbanização da Belle Époque também se apoiava na disciplinarização dos corpos e na domesticação dos desejos.

Ao aproximar as leituras de Rago (1991) e Pesavento (2001), nota-se que ambas compreendem a cidade como texto polifônico, em que as vozes dissonantes constroem outras formas de habitar. A mulher prostituída, o trabalhador portuário e o migrante se tornam personagens do inconsciente urbano, elementos que desafiam a narrativa triunfalista da modernidade. Assim, a historiografia não apenas descreve a cidade, mas reinscreve sua memória, convertendo o espaço em campo de disputa entre o que se diz e o que se oculta.

No horizonte mais recente, Rolnik propõe uma leitura do urbano como território em conflito, destacando as dinâmicas de poder que moldam o espaço. Para a autora, "a cidade é um artefato político onde se inscrevem as desigualdades" (Rolnik, 2019, p. 73). Essa perspectiva amplia o entendimento da Manaus republicana como lugar de mediação entre o local e o global, o material e o simbólico. O espaço urbano, portanto, torna-se produto de forças contraditórias: a modernidade imposta de fora e as resistências que brotam de dentro.

Essa tensão reaparece com força na obra de Bragas (1975), cuja escrita combina lirismo e etnografia memorial. O autor evoca uma Manaus feita de chão e de lembrança, de cheiros e silêncios, reconstruindo o urbano a partir da experiência sensível. Ao contrário dos discursos oficiais, Bragas não busca a cidade ideal, mas as camadas de vida que persistem sob suas fachadas. Sua obra antecipa a noção de patrimônio imaterial, pois entende o espaço como extensão da memória coletiva, capaz de guardar o humano que o poder tenta apagar.

Em perspectiva complementar, Péres (2002) recupera o olhar pessoal e afetivo sobre a cidade, fundindo lembrança e imaginação. Sua narrativa, marcada por uma poética do testemunho, coloca o sujeito no centro do urbano, reconhecendo que a cidade é também um exercício de pertencimento. Péres escreve que "a Manaus que eu vi ou sonhei é feita de ausências" (Péres, 2002, p. 11), e nessa ausência ressoam as vozes esquecidas pela história oficial. Essa dimensão memorial conecta o autor às preocupações contemporâneas com o patrimônio e com as identidades urbanas em dissolução.

A comparação entre Bragas (1975) e Péres (2002) evidencia a importância da literatura de memória como via interpretativa complementar para compreender o urbano. Ambos deslocam o foco da monumentalidade para o vivido, tornando o cotidiano matéria da história. As narrativas memorialísticas, contudo, são examinadas como representações situadas, e não como testemunhos transparentes. Sua circulação tensiona leituras lineares e revela formas de permanência do passado nas ruínas e nas palavras.

Essa leitura comparativa revela que as contradições da modernidade não se expressam apenas na arquitetura, mas nos modos de lembrar e narrar a cidade. As obras aqui discutidas convergem na percepção de que o urbano é simultaneamente artefato e sintoma, resultado de disputas simbólicas que se atualizam em diferentes tempos. A modernidade, longe de ser promessa cumprida, é um campo de tensões permanentes, é nessa sobreposição de camadas que a Manaus republicana ganha densidade como objeto histórico.

Por fim, ao reunir essas vozes — acadêmicas e literárias —, percebe-se que a cidade é também um projeto de linguagem, no qual cada discurso busca legitimar sua versão do real. As interpretações se entrecruzam, revelando que não há uma Manaus da Belle Époque, mas muitas, coexistindo em diferentes regimes de memória. Essa multiplicidade abre caminho para a seção seguinte, intitulada "Entre o Discurso do Progresso e as Ruínas da Modernidade: Manaus e o Imaginário Urbano Amazônico",

na qual se aprofundará a análise das representações simbólicas e dos vestígios que sustentam a persistência desse imaginário na paisagem contemporânea.

Entre o discurso do progresso e as ruínas da modernidade: Manaus e o imaginário urbano amazônico

A análise das arquiteturas simbólicas da Manaus republicana (Figura 3) pressupõe compreender o urbano como campo de produção discursiva. O projeto modernizador instaurado entre o final do século XIX e o início do XX foi marcado por uma retórica do progresso que visava legitimar o poder político e redefinir o espaço público. Segundo Bourdieu (2007, p. 16), "o poder simbólico é uma forma de coerção que se institui com o consentimento dos dominados", e é precisamente nesse consentimento que se estrutura o imaginário urbano manauara, onde o luxo e a exclusão se confundem como categorias do pertencimento.

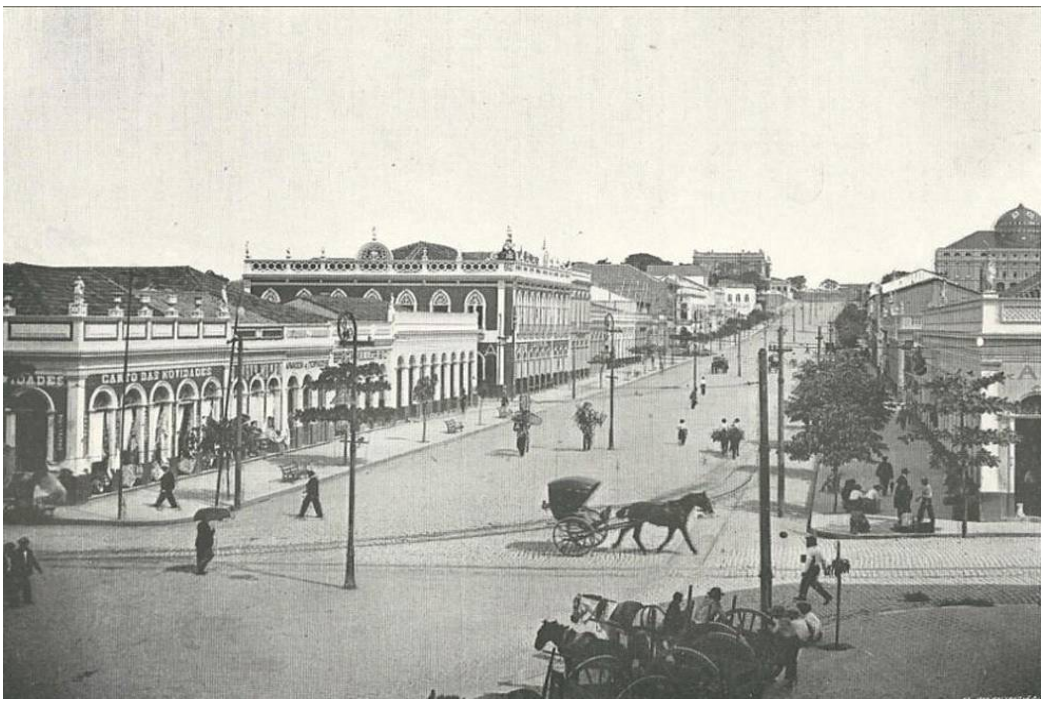


Figura 3. Avenida Eduardo Ribeiro, Manaus (1902).
Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/24>. Acessado em: 30.07.2026.

Conforme se observa na imagem acima, a cidade passou a funcionar como dispositivo de ordenamento social. Nessa perspectiva, Rolnik (2019) permite compreender a arquitetura e o traçado urbano como suportes de hierarquias, prescrições e interdições. Em Manaus, a monumentalização do centro procurou definir presenças legítimas, mas sua eficácia permaneceu limitada pelas práticas cotidianas de trabalho, circulação e moradia que atravessavam os espaços destinados à elite.

Essa dinâmica de visibilidade seletiva remete ao conceito bourdieusiano de *habitus*, entendido como estrutura incorporada de práticas e percepções. O urbano não é apenas cenário, mas modo de reprodução de valores sociais. A arquitetura republicana, ao estetizar o poder, convertia-se em linguagem de dominação. Bourdieu (2007, p. 122) lembra que "a violência simbólica é exercida com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem", e é nessa cumplicidade que o espaço se torna instrumento de ordem moral, o progresso, portanto, age como gramática social.

Entretanto, a modernidade amazônica não se consolidou de forma linear, mas por meio de mediações culturais que a singularizaram, Freire (1994, p. 27) assinala que "as línguas e as culturas da Amazônia compõem um mosaico de memórias em permanente tradução". Essa ideia indica que a cidade não é um transplante europeu, mas uma reinvenção híbrida. As camadas linguísticas e simbólicas sobreviventes à colonização funcionam como contra memória, sustentando a permanência de uma identidade local que o discurso do progresso tentava suprimir.

A presença afro-amazônica (Figura 4) na Manaus oitocentista impede que o centro seja interpretado como domínio exclusivo das elites. Em pesquisa sobre o trabalho de pessoas negras escravizadas, Costa (2016) demonstra sua circulação por diferentes espaços da cidade entre 1850 e 1884. Considerada na longa duração, essa evidência ajuda a compreender que o projeto urbano posterior tentou hierarquizar e controlar presenças sem conseguir eliminá-las. A modernidade republicana deve, portanto, ser analisada como processo atravessado por continuidades, conflitos e resistências.

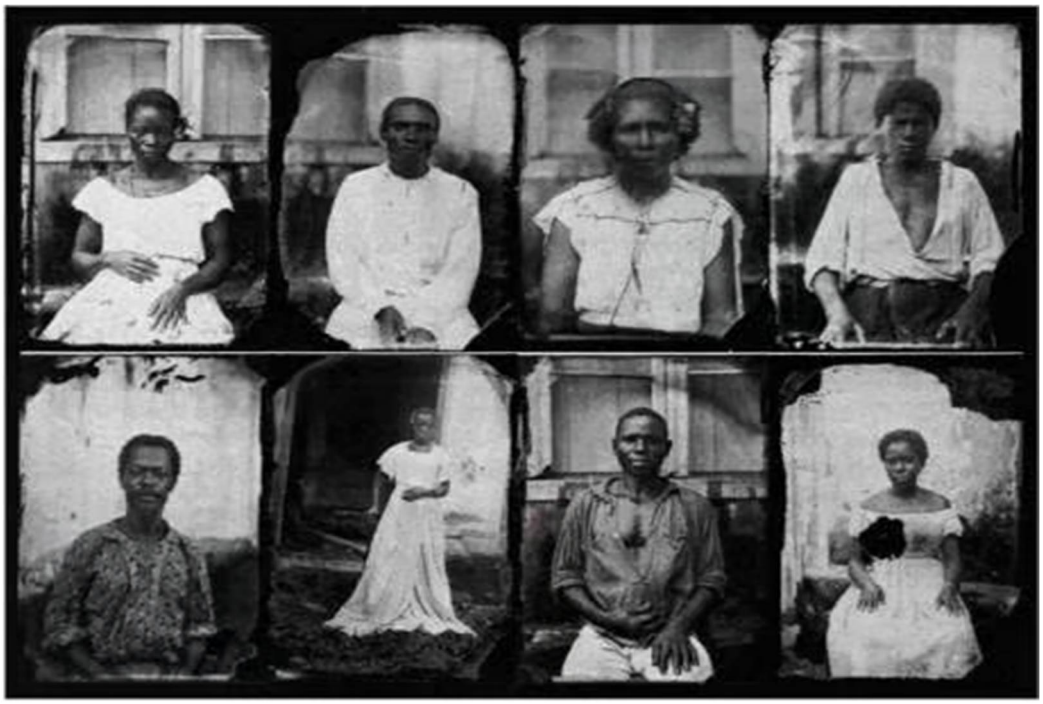


Figura 4. Manaus Negra.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nos-rastros-de-uma-manaus-negra-e-africana/>. Acessado em: 31.07.2026.

A análise do lazer e da cultura evidencia a complexidade dessas relações sociais. Aguiar (2002) mostra que o Teatro Amazonas combinava sociabilidade, distinção e ritualização do prestígio. Em recorte dedicado aos cabarés e às artistas que circulavam nesses espaços, Silva (2025a) expõe práticas de sociabilidade feminina que tensionavam normas morais e fronteiras sociais. Os espaços de entretenimento não eram, portanto, homogêneos: articulavam controle, distinção, negociação e transgressão.

Nessa perspectiva, a ruína deixa de ser apenas imagem de decadência e passa a constituir evidência histórica das disputas de uso, preservação e memória. Silva (2025b) examina como antigos espaços de sociabilidade foram submetidos a abandono, transformação e reinterpretação. A materialidade remanescente permite observar as escolhas institucionais que definiram quais edifícios receberiam proteção e quais seriam relegados à deterioração.

Ao correlacionar gênero, distinção e memória urbana, torna-se possível analisar como as práticas sociais atravessaram os espaços planejados pelas elites. Como recurso heurístico, a noção de circularidade cultural mobilizada por Ginzburg (2006) ajuda a compreender que valores e representações eram reelaborados em trocas assimétricas, e não simplesmente impostos de cima para baixo. Essa perspectiva não elimina as desigualdades de poder, mas permite identificar apropriações, negociações e resistências nos ambientes de sociabilidade manauara.

A articulação entre história do trabalho, patrimônio e memória ainda exige aprofundamento na interpretação da Belle Époque manauara. Bourdieu (2008) contribui para compreender como os edifícios monumentalizados consagraram distinções sociais. A historiografia regional, entretanto, demonstra que as políticas de esquecimento encontraram sujeitos capazes de ocupar, disputar e ressignificar os espaços urbanos. O apagamento deve, assim, ser tratado como processo conflituoso e incompleto.

A produção acadêmica recente, ao valorizar as dimensões imateriais do urbano, contribui para deslocar a centralidade da arquitetura monumental para a experiência. A ruína, o corpo e o gesto tornam-se fontes legítimas de conhecimento histórico. Essa virada epistemológica aproxima a historiografia amazônica das discussões internacionais sobre cidade e memória. A leitura de Silva (2025a) e Rolnik (2019) mostra que o espaço não é apenas *lócus* da história, mas meio pelo qual a história continua a agir sobre o presente.

Portanto, ao construir a linha argumentativa sobre o imaginário urbano de Manaus, delineia-se um campo teórico em movimento, no qual o progresso é visto não como destino, mas como tensão. A cidade republicana permanece viva em suas contradições, convertendo o espaço em testemunho. Essa leitura abre caminho para a próxima seção — “Modernidade, Marginalidade e Memória: Integrações Teóricas e Caminhos Interpretativos” —, onde se aprofundará o diálogo entre poder, ruína e

afetividade, analisando como o simbólico e o social se integram na reinterpretação da modernidade amazônica.

Modernidade, marginalidade e memória: integrações teóricas e caminhos interpretativos

A articulação entre modernidade, marginalidade e memória permite compreender que a cidade de Manaus (Figura 5) não é apenas resultado de um projeto urbanístico, mas um campo de poder em constante negociação. A modernidade republicana, enquanto discurso, construiu uma ficção de progresso, transformando o espaço em instrumento de distinção e exclusão. Giddens (1991, p. 54) afirma que "a modernidade se reconhece pela reflexividade institucional e pela fragmentação da experiência", indicando que o urbano é sempre um território de contradições, assim, o espaço público torna-se lugar de enunciação e de silêncio.



Figura 5. Rua São Vicente, Manaus (2026).

Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonas/memorias-conheca-a-historia-de-algumas-ruas-historicas-da-cidade/>. Acessado em: 31.07.2026.

Essa perspectiva da figura 5, encontra ressonância nas formulações de Santos (1994), que concebe a urbanização como categoria histórica e política. O autor observa que "a cidade é o ponto de encontro entre o valor de uso e o valor de troca" (Santos, 1994, p. 87), o que revela sua natureza híbrida. Em Manaus, essa dualidade se expressou no entrecruzamento entre a monumentalidade do centro e a precariedade das margens, evidenciando a coexistência de temporalidades desiguais (Figura 6). O urbano,

assim, não se esgota em sua materialidade, mas inscreve-se no tempo vivido e no imaginário coletivo.



Figura 6. Rua Visconde de Mauá, Manaus (2026).
Fonte: Silva (Autor, 2026).

Em sua obra, Halbwachs (2006) amplia essa discussão ao compreender a memória como estrutura socialmente moldada e espacialmente ancorada, segundo ele, “é nos lugares que a memória encontra seu suporte e se perpetua” (Halbwachs, 2006, p. 159). Dessa maneira, as ruas e edificações de Manaus funcionam como mediadoras da lembrança, onde o passado é continuamente reatualizado. O espaço urbano não apenas abriga memórias: ele as produz. Ao revisitar essas estruturas simbólicas, compreende-se que cada fachada e cada ruína expressam as tensões entre pertencimento e esquecimento.

A contribuição de Pesavento (2002) é essencial para compreender a cidade como campo de representações, mas sua aplicação a Manaus exige relativização. Seguindo essa linha de pensamento, Costa (2014) registra práticas laborais, redes de sociabilidade e formas de ocupação que mantiveram trabalhadores em áreas centrais, inclusive em estâncias, contrariando a rigidez pretendida pelo ordenamento urbano. Desse modo, o apagamento operou como projeto político e simbólico que nunca alcançou eficácia total. As arquiteturas do progresso expressaram tentativas de hierarquização, ao mesmo tempo que foram atravessadas por presenças e resistências subalternas.

Pinheiro (1999), ao analisar o trabalho e o conflito no porto de Manaus, interpreta o urbano como palco de tensões materiais e simbólicas. A autora argumenta que "a vida portuária refletia as hierarquias da cidade e a reprodução das desigualdades" (Pinheiro, 1999, p. 74). Essa leitura reitera que o progresso amazônico não foi uma abstração econômica, mas uma prática de disciplinamento social. O espaço urbano, assim, converteu-se em território de disputas, onde o trabalhador e a elite encenavam a dualidade entre a opulência e o abandono.

Em diálogo com essas interpretações, Silva (2025b) sugere que as práticas culturais e os espaços de prazer da Belle Époque constituíram pedagogias simbólicas da modernidade. Segundo o autor, "os cabarés e os cinemas ensinavam a cidade a desejar o progresso e a naturalizar suas hierarquias" (Silva, 2025b, p. 1680). O urbano, portanto, era uma forma de aprendizado coletivo, onde se aprendia a ver e a ser visto. A modernidade amazônica instaurou-se, assim, como espetáculo permanente, em que o progresso se confundia com o próprio ato de encenar.

> A leitura articulada das disputas de memória e das práticas urbanas mostra que os significados da arquitetura dependem dos usos sociais, das políticas de preservação e dos conflitos de interpretação. As ruínas evidenciam descontinuidades do projeto modernizador, mas não anulam a ação histórica dos grupos que trabalharam, circularam e construíram vínculos nesses espaços.

Ao articular a leitura de Halbwachs (2006) e Santos (1994), observa-se que o espaço urbano é simultaneamente material e simbólico, produto de ações concretas e de representações coletivas. Essa duplicidade explica a persistência das contradições na cidade republicana, a memória, ao se ancorar na arquitetura, transforma o espaço em documento vivo. Como destaca Giddens (1991, p. 60), "a modernidade produz desencaixes, mas também novas formas de reencaixe simbólico", essa dinâmica revela que o urbano é processo, não forma.

Em outra direção, as narrativas memorialísticas de Péres (2002) e Bragas (1975) contribuem para a reinterpretação da cidade como território afetivo. Péres (2002, p. 11) escreve que "a Manaus que eu vi ou sonhei é feita de ausências", enquanto Bragas (1975, p. 24) reconhece que "o chão da cidade conserva a graça dos que o pisaram". Essas vozes, mais literárias do que documentais, reintroduzem a sensibilidade na análise urbana. Elas revelam que a memória é também um gesto de resistência à cristalização do passado e à neutralidade do discurso histórico.

> As narrativas memorialísticas selecionam acontecimentos, personagens e lugares, contribuindo para legitimar determinadas imagens da cidade. A comparação entre essas narrativas e a historiografia social permite identificar silêncios, deslocamentos e disputas de pertencimento. Assim, a memória urbana é tratada como construção histórica submetida a relações de poder, e não como registro neutro do passado.

Essas formulações sustentam a hipótese de que o projeto urbano republicano em Manaus materializou o progresso e a exclusão de modo simultâneo. O discurso da civilização, que pretendia reorganizar o espaço, também o fragmentou. Santos (1994, p. 90) observa que "as formas urbanas resultam da seletividade social dos fluxos", e é essa seletividade que define o que é centro e o que é margem. A cidade amazônica, ao buscar parecer-se com o mundo, afastou-se de si mesma, tornando-se representação e não experiência.

Essa ambiguidade também aparece na análise de Silva (2025a), que examina as práticas femininas de sociabilidade e os limites impostos pela moral pública. O contraste entre visibilidade social e controle evidencia que a modernização não produziu apenas integração ou exclusão, mas experiências diferenciadas segundo posição social, gênero e espaço de circulação.

> A ruína, nessa chave, não comprova por si só a decadência de uma época. Seu valor histórico decorre das relações entre materialidade, abandono, preservação e memória. Examinar essas relações permite compreender por que certos edifícios foram convertidos em símbolos oficiais, enquanto outros permaneceram como vestígios incômodos das desigualdades que acompanharam o projeto urbano republicano.

À luz dessas leituras, é possível compreender que as arquiteturas do progresso na Manaus republicana não apenas refletiram a modernidade amazônica, mas a performaram como ritual de distinção. As teorias revisadas demonstram que o espaço urbano foi simultaneamente um espelho e uma ferida: nele se projetaram os ideais civilizatórios e as desigualdades que os sustentavam. Assim, a cidade revela-se como síntese de sua própria contradição, onde luxo e exclusão, civilização e ruína, memória e esquecimento coexistem como faces do mesmo projeto histórico.

Conclusão

O exame da Belle Époque manauara mostrou que o projeto republicano de modernização articulou reforma material, produção simbólica e hierarquização social. As avenidas, os edifícios públicos e os espaços de sociabilidade constituíram suportes de uma imagem civilizada da capital, mas não eliminaram os conflitos nem as presenças populares. As práticas de trabalho, circulação e ocupação tornaram incompleta a ordem pretendida pelas elites.

A análise demonstrou que as manifestações materiais e simbólicas do progresso operaram como discurso de ordenamento e de distinção. O espaço urbano não se limitou a representar a modernidade, mas a performá-la como prática cotidiana, moldando comportamentos e definindo lugares de visibilidade e de esquecimento. Nesse sentido, o urbano revelou-se tanto estrutura quanto linguagem, um campo em que o poder se disfarça de estética e a desigualdade se naturaliza como paisagem.

A investigação também evidenciou que a memória urbana não é mero registro do passado, mas uma força ativa que reinterpreta o presente. As ruínas da Belle

Época, mais do que vestígios, constituem narrativas em disputa, nas quais o progresso e a exclusão se revezam na tarefa de definir o que deve ser lembrado e o que será apagado. A cidade, ao conservar as marcas do esquecimento, revela uma modernidade que se ancora na ausência e um tempo que insiste em permanecer.

Esses resultados afastam uma leitura da cidade como cenário passivo ou como sujeito dotado de vontade própria. Os edifícios e os traçados urbanos são compreendidos como mediações materiais de disputas políticas, sociais e memoriais. Sua permanência, transformação ou ruína depende de decisões institucionais, usos cotidianos e conflitos de interpretação.

A contribuição original deste artigo está na articulação entre historiografia urbana, história social do trabalho e estudos da memória. Essa abordagem demonstra que a invisibilização dos grupos subalternizados foi uma tentativa continuamente contestada, e não um resultado absoluto. Ao incorporar a produção regional, o estudo evidencia a atuação dos trabalhadores e de outros sujeitos populares na configuração histórica da cidade.

Ao propor essa leitura, o estudo também indica caminhos para pesquisas futuras. Investigações documentais sobre moradia, trabalho, circulação e preservação patrimonial poderão detalhar como diferentes grupos ocuparam e ressignificaram os espaços centrais e periféricos de Manaus. Esse aprofundamento permitirá avaliar, em bases empíricas mais amplas, os alcances e os limites do projeto urbano republicano.

Referências

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus praça, colégio e cinema anos 50 e 60**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGAS, Genesino. Chão e Graça de Manaus. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. ***The Urban Question****: A Marxist Approach*. London: Edward Arnold, 1977.

CORRÊA, Luiz Miranda. **O Nascimento de uma Cidade**. (Manaus, 1890 a 1900). Manaus: Edições Governo do Estado do Am. 1966.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer; FAPEAM, 2014.

COSTA, Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade**: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884). 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, Manáos e Tarumãs. **Amazônia em cadernos**, vol. 2/3. Manaus: EDUA, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIDDENS, Anthony. ***Modernity and Self-Identity****: Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MESQUITA, Otoni Moreira de. ***La belle vitrine***: Manaus entre dois tempos, 1890-1900. Manaus: EDUA; FAPEAM, 2009.

PÉRES, Jefferson. **Evocações de Manaus como eu vi ou sonhei**. Manaus: Valer, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**: o Mundo dos Excluídos o Final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899 – 1925). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

RAGO, Margaret. **Os Prazeres da Noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em Conflito**: São Paulo, Espaço, História e Política. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

SANSI, Roger. ***Fetichism and the Art of Memory****: African Objects in the Formation of Modern Afro-Brazilian Identity*. Durham: Duke University Press, 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Clodoaldo Matias da. As damas da noite e os espelhos da moral: hipocrisia e marginalidade na Manaus da Belle Époque. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 10, p. 1672-1685, 2025a.

SILVA, Clodoaldo Matias da. Do cabaré à inovação: memória, ruína e ressignificação do Hotel Cassina em Manaus. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 9, p. 4009-4024, 2025b.